

RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.485 - PR (2014/0284172-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : CARLOS ALBERTO PIRES
ADVOGADO : JOSÉ LUIS WAGNER - RS018097
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Carlos Alberto Pires, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 293):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO COLEGIADO. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. EVENTUAL NULIDADE SANADA. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NÃO EMBARGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Resta sanada qualquer má utilização da faculdade prevista no art. 557, caput, do CPC, quando a decisão monocrática do relator é confirmada pelo colegiado em sede de agravo interno.

2. Reconhecida a impossibilidade de fixação de honorários advocatícios nas execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública não embargadas, salvo na hipótese de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor. Em havendo alteração dessa situação, com a oposição de embargos, a análise acerca da condenação em honorários advocatícios nas execuções embargadas, deverá ser realizada na origem.

3. Agravo improvido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 310-316).

Sustenta o recorrente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto nos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973.

Assevera que a decisão colegiada foi omissa em apreciar os seguintes pontos (e-STJ, fl. 327):

- a) da não incidência do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97 em razão da oposição de embargos à execução;
- b) cabimento da condenação em honorários advocatícios nas execuções, embargadas ou não, por força do artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC;
- c) autonomia dos processos de execução e de embargos pela lógica processual civil e consequente autonomia na fixação de honorários

Superior Tribunal de Justiça

advocatícios;

d) configuração de trabalho gratuito por parte dos advogados do exequente, ora recorrente, se restarem fixados honorários apenas nos embargos à execução, em violação ao art. 7º, incisos IV, VII e X, da CF/88.

No mérito, aduz a não aplicação do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997, em razão da oposição de embargos à execução em 26/6/2013.

Alega contrariedade ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, sob o argumento de ser possível a fixação de honorários advocatícios nas execuções contra a Fazenda Pública. Ressalta ainda a autonomia entre os honorários fixados nos embargos e os fixados na execução.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 342-347).

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de violação dos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pelo insurgente.

Com efeito, a Corte de origem concluiu que não seriam cabíveis honorários advocatícios, nos moldes do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997, posto que a execução não havia sido embargada. Consignou o acórdão ainda que eventual modificação dessa circunstância fática deveria ensejar nova apreciação do pedido de incidência de honorários pelo juízo de origem.

Confira-se (e-STJ, fl. 291):

[...]

No que concerne ao impeditivo legal para fixação de honorários advocatícios em execução contra a Fazenda Pública não embargada, o Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 420.816, na sessão de 29/09/2004, declarou, incidentemente, a constitucionalidade do art. 1º-D da Lei n. 9.494/97, segundo o qual 'não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas'. Contudo, a declaração de constitucionalidade foi procedida com interpretação conforme de modo a reduzir a aplicação do citado artigo à hipótese de execução por quantia certa, excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor, objeto do art. 100, § 3º, da Constituição Federal.

Assim sendo, admite-se a impossibilidade de fixação de honorários advocatícios nas execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública não embargadas, salvo na hipótese de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor.

Cumpre salientar que, *in casu*, os agravantes executam valores que não se enquadram no art. 100, § 3º, da Constituição Federal, como vemos no quadro de resumo dos cálculos datado de abril de 2013 (evento 1 - CALC14), quando as obrigações de pequeno valor alcançam R\$ 40.680,00, tendo em vista que o salário mínimo da época importa em R\$ 678,00, a teor do Decreto 7.872/2012.

[...]

Ressalto, ademais, que a hipótese dos autos trata de execução contra a fazenda pública não embargada. Assim, em havendo alteração dessa situação, com a oposição de embargos, a análise acerca da condenação em honorários advocatícios nas execuções embargadas, deverá ser realizada na origem.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA, COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, in casu, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do

Superior Tribunal de Justiça

princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008.

[...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

No mérito, o recurso não merece conhecimento, pois, para se chegar a conclusão contrária à do Tribunal *a quo*, no sentido de que a execução não havia sido embargada, seria imprescindível o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em recurso especial, por força do constante na Súmula 7/STJ.

No aspecto:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE EMBARGANTE.

1. O recurso especial subjacente ao presente agravo interno atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Incide os óbices contidos nas Súmulas 7 e 83/STJ à pretensão voltada para desconstituir os fundamentos que lastrearam o aresto recorrido, notadamente quanto à prorrogação por prazo indeterminado do contrato de locação objeto da presente demanda e a penhorabilidade do imóvel dado em garantia, nos termos do art. 3º, VII, da Lei 8.009/90.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.375.239/PR, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 28/6/2019)

Importa esclarecer ainda que a eventual oposição de embargos à execução posteriormente ao acórdão que apreciou o agravo de instrumento na origem não enseja a mácula da decisão colegiada, a qual estabeleceu que, em tal circunstância, o pedido de fixação de honorários deverá ser realizado perante Juízo de primeiro grau.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

